

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

## PLANO ESTRÁTÉGICO CICLO 2021 - 2026

ANO 2025

| Perspectiva        | N.  | Objetivo Estratégico  | Descrição do objetivo  | Área responsável pelo objetivo  | Indicador   | Área medidora   | Aferição      | Descrição da meta  |
|--------------------|-----|---|--|---|---|---|---------------|--|
| SOCIEDADE          | OE1 | Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais                            | o conhecimento acerca da estratégia institucional, da estrutura de governança, das entregas realizadas e dos resultados gerados, de modo a atingir todos os atores sociais e de fortalecer a imagem do Tribunal, bem como desenvolver programas interinstitucionais como ação estratégica voltada para a execução das políticas de desjudicialização e prevenção dos litígios, com foco no estabelecimento de parcerias para fortalecer a gestão                   | Gabinete da Presidência   | Índice de Satisfação (IS)   | Secretaria da Ouvidoria   | A definir     | Linha de base a ser definida   |
|                    |     |   |  |   | Índice de Ações Integradas de Comunicação Social (IAIC)   | Secretaria de Comunicação Social  | Quadrimestral | Aderir a 100% das ações conjuntas de comunicação social definidas no Calendário Nacional Anual de Ações Conjuntas de Comunicação Social da Justiça do Trabalho   |
|                    |     |   |  |   | Índice de Divulgação de Memória Institucional (IDMI)  | Seção de Documentação, Pesquisa e Memória   | Semestral     | Alcançar 25% do índice de divulgação de memória institucional até junho de 2025<br>Alcançar 50% do índice de divulgação de memória institucional até dezembro de 2025  |
|                    | OE2 | Promover o trabalho decente e a sustentabilidade                                  | Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gêneros, raça e diversidade, o combate ao trabalho decente, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.   | Gestor Regional de Metas Nacionais  | Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)  | Seção de Sustentabilidade e Inclusão  | Anual         | Alcançar um IDS de 83%.  |
|                    |     |   |  |   | Índice de Desempenho Ambiental (IDA)  |   | Quadrimestral | Identificar o consumo mensal de energia não renovável do órgão e o descarte de resíduos sólidos em aterro  |
|                    |     |   |  |   | Índice de Desempenho do Trabalho Decente (IDTD)   |   | Quadrimestral | Alcançar 100% de desempenho do trabalho decente  |
|                    |     |   |  |   | Índice de Promoção da Equidade Racial (IPER)  | Núcleo de Apoio a Projetos Institucionais   | Semestral     | Alcançar 105 pontos de um total de 145   |
|                    |     |   |  |   | Índice de Combate ao Trabalho Infantil  |   | Trimestral    | <b>Meta Nacional 10:</b> Promover, no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, pelo menos uma ação de combate ao trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem, preferencialmente, voltada à promoção da equidade racial, de gênero ou diversidade do público-alvo, por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais |
|                    |     |   |  |   | Índice de Inovação  | Divisão de Planejamento e Inovação  | Trimestral    | <b>Meta Nacional 9:</b> Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade  |
|                    |     |   |  |   |   |   |               |  |
| PROCESSOS INTERNOS | OE3 | Garantir a duração razoável do processo   | Materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases, garantindo-se a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação processual, reduzindo-se o congestionamento de processos e elevando-se a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.  | Gestor Regional de Metas Nacionais  | Índice de Processos Julgados  | Conselho Nacional de Justiça/Conselho Superior da Justiça do Trabalho                         | Trimestral    | <b>Meta Nacional 1:</b> Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025  |
|                    |     |   |  |   | Índice de Processos Antigos Julgados  |   | Trimestral    | <b>Meta Nacional 2:</b> Identificar e julgar até 31/12/2025, pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e 100% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2020) ou mais  |
|                    |     |   |  |   | Taxa de congestionamento líquido não fiscal   |   | Trimestral    | <b>Meta Nacional 5:</b> Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquido, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40%. Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.   |
|                    | OE4 | Promover a integridade e a transparéncia em relação aos atos de gestão praticados | Promover mecanismos de integridade e transparéncia em relação aos atos de gestão praticados, garantindo-se alinhamento entre a estratégia institucional e as prioridades de gestão, assim como entre as despesas de maior impacto orçamentário e a aplicação assertiva dos recursos públicos.  | Secretaria de Auditoria   | Índice de atendimento pela gestão das deliberações decorrentes de auditoria (IADA)  | Secretaria de Auditoria   | Quadrimestral | Alcançar 70% de deliberações de auditoria monitoradas implementadas pela gestão  |
|                    |     |   |  |   | Índice de Transparéncia   |   | Anual         | Alcançar 100% no Ranking da Transparéncia do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ n. 215/2015 (alterada pela Res. CNU 260/2018)   |
|                    | OE5 | Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas                        | Proporcionar o desenvolvimento da cultura da paz, estimulando a aplicação de meios de resolução consensual de conflitos, como a mediação e a conciliação, e incentivar a realização de programas interinstitucionais de cooperação, visando à desjudicialização e à prevenção de litígios, de modo a consolidar as disposições das Resoluções n. 125 de 2010 e n. 350 de 2020, do CNJ, e da Resolução n. 174 de 2016, do CSJT.                                     | Gestor Regional de Metas Nacionais  | Índice de Conciliação (IC)  | Conselho Nacional de Justiça/Conselho Superior da Justiça do Trabalho                         | Trimestral    | <b>Meta Nacional 3:</b> Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação   |
|                    |     |   |  |   |   |   |               |  |
|                    | OE6 | Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas                     | Garantir estrutura, sistemas de informação, processos de trabalho padronizado, bem como pessoal qualificado para o tratamento e solução das demandas judiciais seriadas, visando alcançar maior segurança jurídica, economia processual e racionalidade administrativa na gestão judiciária.   | Secretaria de Uniformização de Jurisprudência, Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas | Tempo médio entre afetação / admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) | Secretaria de Uniformização de Jurisprudência, Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas | Quadrimestral | Julgar 80% dos IRDRs em até 330 dias corridos  |
|                    |     |   |  |   | Índice de capacitação em precedentes obrigatórios (ICPO)  |   | Quadrimestral | Capacitar 25% dos magistrados e servidores do 2º grau de jurisdição e 15% dos magistrados e servidores do 1º grau de jurisdição na trilha de aprendizagem de precedentes obrigatórios disponibilizada em plataforma  |
|                    | OE7 | Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica                                    | Aprimorar, com suporte de sistemas digitais integrados, as estruturas de governança e gestão estratégica, de modo a desenvolver processos de trabalho inovadores, bem como os relacionados às atividades de compliance e gestão de riscos organizacional, que permitam a tramitação de processos e documentos e a prática de atos de gestão com maior rastreabilidade, segurança, confiabilidade, integridade, atualidade, celeridade, transparéncia e eficiência. | Secretaria de Governança e Estratégia   | Quantidade de processos críticos com análise de riscos realizada  | Secretaria de Governança e Estratégia   | Quadrimestral | Realizar a análise de riscos em 4 (quatro) processos críticos  |
|                    |     |   |  |   | Índice de desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade  |   | Anual         | Alcance pelo Tribunal da categoria Diamante ou Excelência, de acordo com as regras estabelecidas no Prêmio CNJ de Qualidade  |
|                    |     |   |  |   | Índice de efetividade das ações de melhoria da governança pública (IEAMGP)  |   | Quadrimestral | Alcançar 100% de efetividade das ações de melhoria da governança definidas no Relatório Sintético da Governança Organizacional Pública da Justiça do Trabalho  |

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3<sup>a</sup> REGIÃO**  
**PLANO ESTRÁTÉGICO CICLO 2021 - 2026**

ANO 2025

| Perspectiva               | N.   | Objetivo Estratégico                                       | Descrição do objetivo  | Área responsável pelo objetivo                      | Indicador  | Área medidora                                       | Aferição      | Descrição da meta   |
|---------------------------|--|--|--|---|--|---|---------------|---|
| APRENDIZADO E CRESCIMENTO | OE8  | Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira             | Assegurar a eficiência da gestão orçamentária e financeira vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado e universal de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados integros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento.  | Diretoria de Orçamento e Finanças                   | Índice de cumprimento da Lei Complementar nº 200/2023 (ILCLC200)                 | Diretoria de Orçamento e Finanças                   | Mensal        | Pagar até o limite de 100% das despesas primárias, inclusive seus restos a pagar, ao final do exercício financeiro  |
|                           |  |  |  |   | Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária (IAPEX)             |   | Quadrimestral | Atingir, respectivamente, 90% e 70% de aderência ao planejamento da execução orçamentária do GND 3 e do GND 4   |
|                           |  |  |  |   | Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos (IAPEP) |   | Quadrimestral | Atingir 65% de aderência ao planejamento da execução orçamentária de projetos   |
|                           |  |  |  |   | Índice de empenho no ano corrente dos itens do PCA (IEPCA)                       | Diretoria de Administração                          | Semestral     | Empenhar 100% dos itens do PCA no ano de 2025   |
|                           |  |  |  |   | Índice de redução de diárias pagas   | Diretoria-Geral                                     | Mensal        | Reducir em pelo menos 7% a quantidade de diárias pagas em relação a 2024  |
|                           | OE9  | Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional | Aplicar estratégias para aprimorar o dimensionamento e a alocação da força de trabalho, desenvolver as competências e o desempenho, bem como promover a saúde, a segurança e a qualidade de vida no trabalho, tendo como referencial a corresponsabilidade das lideranças, a autorresponsabilidade dos servidores e magistrados e a inovação dos métodos de trabalho nas modalidades presencial e a distância. | Diretoria de Gestão de Pessoas                      | Índice de Promoção da Saúde de Magistrados e Servidores (IPSMS)                  | Secretaria de Saúde                                 | Trimestral    | <b>Meta Nacional Específica da JT:</b> Instruir, anualmente, o Plano de Qualidade de Vida do tribunal e alcançar em 2025:<br>a) a participação de pelo menos 10% do número total de magistrados(as) ativos(as) no TRT e de 15% do número total de servidores(as) ativos(as) no TRT, considerando o quantitativo total de participantes distintos no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas;<br>b) a realização de exames periódicos de saúde em 15% dos(as) magistrados(as) e 15% dos(as) servidores(as);<br>c) a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior;<br>d) a promoção de pelo menos 1 (uma) ação em que participem terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes. |
|                           | OE10   | Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados        | Aprimorar a governança, a gestão, a infraestrutura tecnológica e os mecanismos de proteção dos dados institucionais, garantindo a disponibilidade dos serviços digitais essenciais à otimização da prestação jurisdicional.  | Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação | Índice de avaliação do IGovTIC-JUD   | Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação | Anual         | Atingir o nível "Excelência" na avaliação do CNJ (acima de 0,90)  |
|                           | Índice de Conformidade com a Privacidade e Proteção de Dados dos Usuários (ICPPDU) | Divisão de Segurança da Informação e Comunicação           | Quadrimestral  | Atingir o índice de 90%                             |  |   |               |   |

\* O GLOSSÁRIO DAS METAS NACIONAIS FOI PUBLICADO PELO CNJ E ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO SITIO ELETRÔNICO DO CONSELHO.